

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LÚCIA RAPHAELA WERNECK

TECENDO REDES TRANSDISCIPLINARES

MATINHOS
2022

LÚCIA RAPHAELA WERNECK

TECENDO REDES TRANSDISCIPLINARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pós-Graduação em Alternativas para uma Nova Educação, setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção de título de Especialista em Educação

Orientador: Prof. Ms. Leonardo Machado Palhares

MATINHOS

2022

RESUMO

Trata-se de um Memorial de Lúcia Raphaela Werneck, intitulado "Memorial: Tecendo Redes Transdisciplinares". A partir da construção do processo de aprendizagem desenvolvidos durante o curso de pós-graduação "Alternativas para uma Nova Educação", indagamos sobre as relações constituídas entre educadores a partir do estudo dos currículos Lattes de professores, mediadores e orientadores, envolvidos na teia de aprendizagem desenvolvidas durante o processo formativo da turma de pós-graduação. O mapeamento das áreas de atuação e projetos de extensão em andamento de educadores envolvidos na ANE, foi feito com base nos dados publicizados em seus currículos Lattes. Além da síntese visual e estruturada, o mapeamento é um registro documental, uma "fotografia" das áreas de conhecimento e dos projetos de extensão mobilizados pela equipe, grupo, coletivo, comunidade, rede ANE. Para compreendermos a diferenças entre colaboração interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar, partimos dos conceitos, no modelo teórico-conceitual desenvolvido por Claus Emmeche, David Budtz Pedersen e Frederik Stjernfelt (2017).

Palavras-chaves: Transdisciplinaridade; Alternativa para Nova Educação; Redes de Colaboração.

Agradecimentos

Agradeço

a todos educadores envolvidos na formação pelo tempo de qualidade e pela receptividade

a Valdo Cavallet que, em um evento acadêmico me cativou com sua fala energizada e a Fran Brizolla e Susan Cavallet por toda inspiração, suporte e acolhimento

a Leonardo Palhares, João Queiroz, Juliana Souza, Rodrigo Mengarelli pela motivação, escuta, ideias e apoio

aos coletivos – Artes e Cultura; Comunicação; Espaço para ser quem se é – e aos integrantes Paulo Ricardo D'Carvalho pelo apoio, incentivo e inspirações dançantes e midiáticas; Alaor de Carvalho pela alegria contagiante; A Samyra Stephan por somar forças no Sarau e na rede social @moane_____

a toda turma da ANE e MoANE por todos os aprendizados e trocas de experiências, mesmo que pelas telinhas e, a todas as amigas que me fazem estar aberta à diversidade cultural do mundo

a minha mãe que me educou com amor, tempo e princípios éticos e a minha família por todo suporte

a todos que lutaram e lutam pela ação consciente em todas as esferas da vida

especialmente a esta comunidade corajosa, que pensa e faz a educação em novos formatos mesmo em momentos políticos adversos

e, a UFPR, por oferecer este curso a uma grande diversidade de pessoas de diferentes regiões do Brasil.

A inovação social é sempre um projeto coletivo [...] de pessoas de diversas áreas reunidas em torno de um objetivo comum. O segundo pilar é a pesquisa. O novo será criado com base em pesquisa sobre o contexto em que aquele coletivo está inserido.

Helena Singer, 2019

Educar é um processo que somente pode ser pensado como um conjunto complexo de relações, uma rede de fatores, gestos, ações, conceitos, valores.

Viviane Mosé, 2013

O valor do aprendizado reside em questionar ativamente os materiais do seu próprio ambiente, com uma atitude expansiva profusa.

Hannah Higgins, 2002

Memorial

Minha trajetória, inquietação pessoal e o pensar anti-hegemônico, reafirmado no curso de Alternativas para uma Nova Educação da Universidade Federal do Paraná *Campus* Matinhos - turma 3 (ANE3), me levaram a decisão um tanto ousada de cursar, ao mesmo tempo, a pós-graduação *Lato Sensu* e a *Stricto Sensu*, mestrado em Comunicação e Sociedade (PPGCOM UFJF). Conciliar as formas de pensamento, uma ampla e outra focada, foi um processo de aprendizagem, um desafio que contribuiu com ambas formações pela complementaridade entre pesquisa empírica e pesquisa teórica, gerando uma compreensão mais ampla e mais rica sobre o fenômeno da colaboração em comunidades e redes.

A participação nos coletivos da ANE – Artes e Cultura; Mídias e Comunicação; MoAne entre Nós – me fizeram identificar questões na prática que pude somar ao que tenho desenvolvido no mestrado. Me afetou, principalmente, a participação no apoio a organização do #SarauJuventudes. Como engenheira é usual eu buscar assumir responsabilidade sobre organizar atividades, procedimentos e realizar tudo num tempo acelerado. No entanto, mesmo que possa ter auxiliado o movimento, ao criar um pequeno time representativo da juventude, no apoio à organização, o resultado final foi muito mais diverso e alcançou muito mais gente do que eu esperava pelo fato de haver um coletivo energizado, divulgando e fazendo contatos. A vivência do sarau, mesmo sendo uma ação pontual, me fez questionar a importância, ou a necessidade, de haver hierarquias de organização em contraponto com a força que existe na ordem espontânea. Tenho me aprofundado, na pesquisa do mestrado, em um conceito que me parece ser um caminho para explicar esta vivência em termos científicos, a propriedade de auto-organização em comunidades.

De Rubem Alves à Viviane Mosé, pensadores têm se admirado, defendido e divulgado a proposta pedagógica que quebrou diversos paradigmas e que revolucionou a educação para muitos, de Portugal ao Brasil: a da Escola da Ponte. Em 2010, ainda estudante do ensino médio, após uma oficina de origami que ministrei para uma turma de pedagogia, fui convidada para assistir a palestra "Escola da Ponte: educação, diversidade e cidadania". Fiquei impressionada com o principal teatro de Juiz de Fora, uma cidade de aproximadamente 600 mil habitantes, cheio para ouvir a difícil fala de um português até então desconhecido para mim. Comprei o livro "Escola da Ponte: formação e

transformação da educação", livro que foi para meu pai que era professor de matemática e depois encontrou solo fértil nas mãos de minha mãe, que com admirável foco entrou aos 56 anos na faculdade de pedagogia certa do que queria: se aprofundar e atuar com base nos princípios da Escola da Ponte. Do paradigma da instrução ao paradigma da aprendizagem, a divisão determinada por idade, salas e tempos de aula, junto ao formato de avaliação, passam a perder o sentido para uma abordagem que considera a autonomia do estudante como mobilizadora para a aprendizagem. O campo da Comunicação também vive uma mudança paradigmática. A noção de emissor e receptor se amplia com a pluralidade de dispositivos e plataformas, possíveis canais de interação para criação de sentidos.

Na visita de Helena Singer à ANE, em 2021, ela conclui sua fala com uma dica importante para a turma: estudar a legislação sobre educação. Vista na Constituição Federal de 1988 no título II, a educação é um dos direitos e garantias fundamentais da educação, cultura e desporto. Destaco aqui o artigo 206 que aborda os *princípios* do ensino: "a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" e "o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas". Vejo fortemente presente nas práticas e nos conhecimentos mobilizados na ANE3 estes princípios, que seguem sob ameaça no atual momento político brasileiro. Sendo o foco de minha pesquisa no mestrado voltado à comunidades de pesquisa, vejo importância em considerar o artigo 207, que estabelece a autonomia didático-científica das universidades e o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O artigo 211 me parece não explicar suficientemente, ou mesmo reduz, o que é considerado como "regime de colaboração entre sistemas" à divisão de responsabilidade municipal, estadual e federal na oferta de educação infantil, ensino fundamental e médio. O parágrafo 4º, duas vezes revogado, na Emenda Constitucional nº 108, de 2020, diz que: "*Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.*". O artigo 214 estabelece o objetivo do plano nacional de educação – articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração, definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades – considerando para tal *ações integradas* dos poderes públicos para a promoção *humanística, científica e tecnológica* do País.

Na prosa aberta, "De que inovação estamos falando" (2021), Helena Singer diz que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a instância máxima de decisão é o conselho escolar, tendo a escola autonomia para fazer seu projeto pedagógico com o apoio da comunidade. Sobre os desafios para implementação da política nacional sobre a Base Nacional Comum Curricular¹ Helena Singer afirma que, apesar das incoerências e inconsistências, seu texto de introdução pode apoiar iniciativas inovadoras servindo como referência argumentativa para empecilhos que se façam ao desenvolvimento de alternativas educacionais democráticas: "Sim, seguimos a BNCC pois seguimos sua introdução". Na introdução da BNCC, em negrito, é afirmado que "as competências e diretrizes são comuns, *os currículos são diversos*".



Figura 1: Registro de minha participação com o comentário-pergunta para Helena Singer.
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=0-pLKvyvCFw>

Helena Singer (2019) afirma que "A inovação social é sempre um projeto coletivo [...] de pessoas de diversas áreas reunidas em torno de um objetivo comum. O segundo pilar é a pesquisa. O novo será criado com base em pesquisa sobre o contexto em que aquele coletivo está inserido.". Em diversas falas, José Pacheco, referência internacional em alternativas educacionais, por sua atuação e idealização da Escola da Ponte, afirma que "escolas não são prédios, escolas são pessoas". Dentre as diretrizes para construção de Espaços de Inovação, destaco "identificar o potencial educativo da comunidade" (PACHECO, 2019). Entendo o mapeamento que segue como um caminho para a identificar o potencial da ANE em ações de colaboração em ensino, pesquisa e extensão.

¹ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>

Mapeamento de áreas e projetos

O mapeamento das áreas de atuação e projetos de extensão em andamento de educadores envolvidos na ANE, foi feito com base nos dados publicizados em seus currículos Lattes. Além da síntese visual e estruturada, o mapeamento é um registro documental, uma "fotografia" das áreas de conhecimento e dos projetos de extensão mobilizados pela equipe, grupo, coletivo, comunidade, rede ANE.

José Pacheco (2019), no glossário de novas construções sociais de aprendizagem define: "Redes representam o padrão básico de organização de todos os sistemas e no contexto das relações humanas é a configuração dos laços sociais entre pessoas" (PACHECO, 2019). Em ciência de redes, o objetivo é gerar compreensão sobre a estrutura e dinâmica do sistema representado (NEWMAN, 2018). De forma simplificada, redes, ou grafos, são representações visuais formadas por pontos (nós ou vértices) conectados em pares por linhas (arestas).

No grafo desenvolvido, as arestas representam as conexões entre integrantes da equipe ANE com determinada área de atuação. Os nós, na cor cinza, representam os integrantes da equipe da turma de 2021/2022, e os nós, na cor rosa, são as áreas de atuação registradas em seus currículos Lattes. O nível do mapeamento considera as grandes áreas de conhecimento, como institucionalizadas pela CAPES: Linguística, Letras e Artes (LIN); Ciências Agrárias (AGR); Ciências Biológicas (BIO); Ciências da Saúde (SAU); Ciências Exatas e da Terra (EXA); Ciências Humanas (HUM); Ciências Sociais Aplicadas (SOC), Engenharias (ENG).

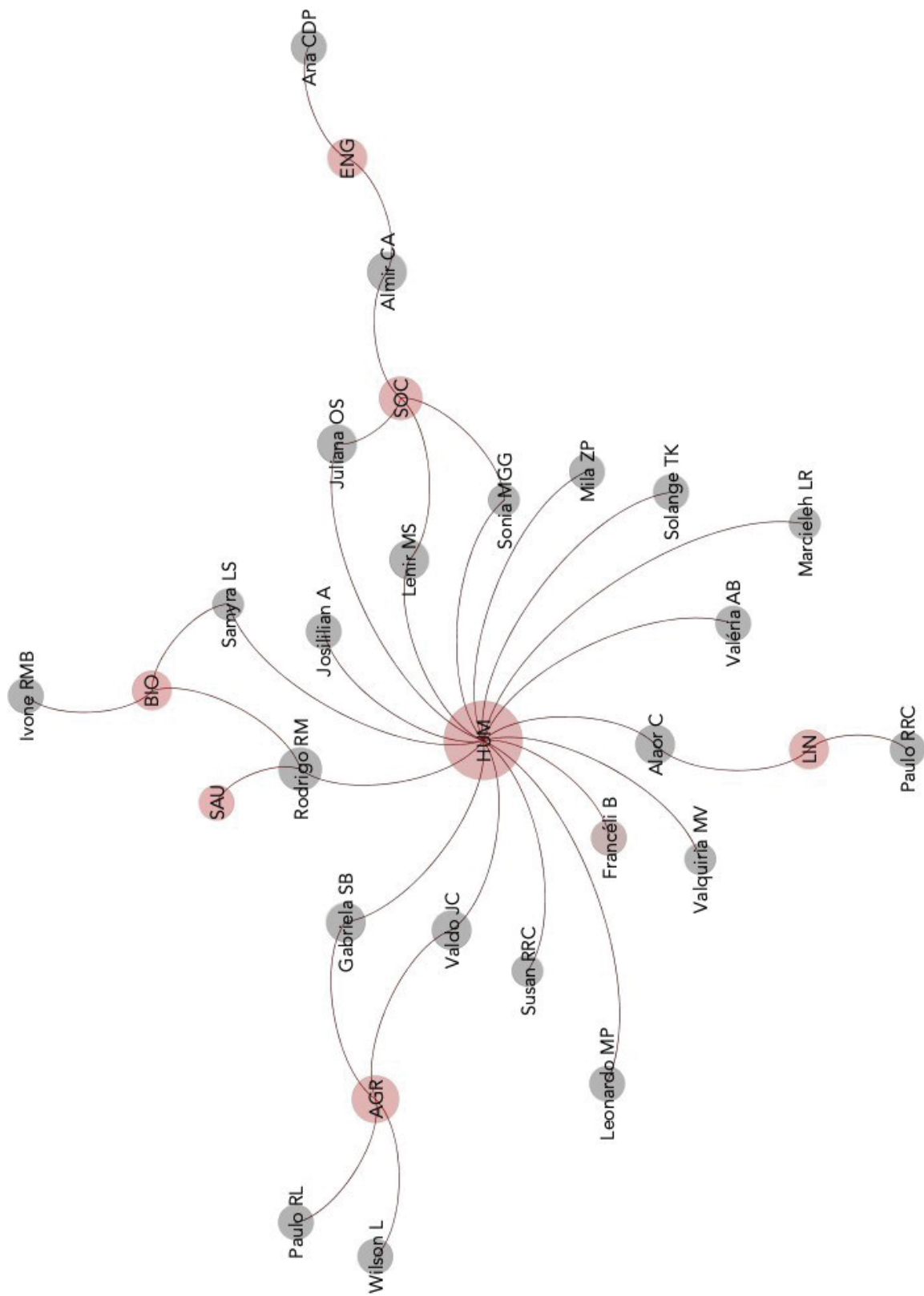


Figura 2: Grafo de convergência das áreas de atuação da equipe ANE.
 Fonte: Elaborado pela autora, *software* Gephi.

Projetos de extensão em andamento

Integrante da equipe	Projetos de Extensão
Alaor de Carvalho	Núcleo Criativo Palavração - 2ª edição
	PalavrAção Cia de Teatro UFPR Litoral
Almir Carlos Andrade	Minha Universidade Lê
Francéli Brizolla	Programa Tertúlias Pedagógicas Inclusivas no Pampa
Gabriela Schenato Bica	NEA Juçara
	Agroecologia nas escolas públicas: educação ambiental e resgate dos saberes populares
Ivone Rodrigues Macena Barossi	Olimpíadas de Química como Estratégia para Inserção e Manutenção de Meninas nas áreas de Ciências Exatas e suas Tecnologias
Leonardo Machado Palhares	Educação em Comunidade
Paulo Rogério Lopes	Diferentes modelos de sistemas agroflorestais como estratégia de transição agroecológica para a região extremo sul da Bahia
	Projeto Assentamentos Agroecológicos
Rodrigo Rosi Mengarelli	Agroecologia nas escolas públicas: educação ambiental e resgate dos saberes populares
Valdo José Cavallet	Formação Continuada em Cerro Azul, no Vale do Ribeira - PR

Colaboração

A existência de processos colaborativos é intrínseco ao desenvolvimento de projetos e políticas públicas que demandam mobilização de pessoas e setores em articulada integração na resposta a demandas complexas. Para compreendermos a diferenças entre colaboração interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar, partimos dos conceitos, no modelo teórico-conceitual desenvolvido por Claus Emmeche, David Budtz Pedersen e Frederik Stjernfelt (2017), que seguem traduzidos em sua integralidade:

1. *Colaboração multidisciplinar*: combina duas ou mais perspectivas disciplinares em uma iniciativa científica conjunta, adicionando competências, conhecimentos e métodos à colaboração. Os participantes trabalham juntos para obter uma solução comum, mas eles são vozes separadas, como especialistas. Resumindo, os elementos disciplinares mantêm sua identidade original.

2. *Colaboração transdisciplinar*: transcende o escopo da pesquisa acadêmica através de uma coordenação abrangente de objetivos de pesquisa com atores fora da academia (como legisladores, organizações não-governamentais e empresas privadas). A característica definidora da transdisciplinaridade é a exploração sistemática de fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais que contribuem para solucionar os desafios sociais da saúde e bem-estar humanos.

3. *Colaboração interdisciplinar*: geralmente é considerada a mais exigente das formas. Aqui, pesquisadores de diferentes disciplinas integram abordagens, métodos e teorias existentes para criar uma nova compreensão de um problema científico complexo. Com o tempo, essa colaboração pode levar à criação de novos campos científicos (como bioquímica, ciência cognitiva ou humanidades digitais).

(EMMECHE *et al.*, 2017, p.10)

Considerações finais e desenvolvimentos futuros

Neste breve memorial traço proximidades entre os conteúdos e práticas presentes em minha formação na especialização ANE3, UFPR, e no mestrado em Comunicação e Sociedade na Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF. Abordo o conceito de inovação e de "espaços de Inovação", sobre o qual nos fala Helena Singer e José Pacheco, na perspectiva de que o breve mapeamento, dos projetos de extensão e das áreas de atuação de integrantes da equipe ANE, contribua com a visualização de redes transdisciplinares em possíveis colaborações em projetos e produções acadêmicas.

Por acreditar que um processo de formação não se conclui com um diploma, mas continua nas relações criadas, termino não com conclusões, sim com perguntas para futuros aprofundamentos e desenvolvimentos: Como integrar ações entre diferentes comunidades, instituições, profissionais e áreas, em projetos que se efetivem em produções acadêmicas bibliográficas, técnicas e artísticas e culturais? Como, ou quais, dinâmicas de colaboração podem integrar ensino, pesquisa e extensão? Em que direção a percepção de campos de ação inter, multi, transdisciplinares mobiliza o grupo?

Referências bibliográficas

ALVES, Rubem. A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir. Papyrus Editora, 2012.

ANE. Projeto do curso. Matinhos. 2020. Disponível em:
<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2021/04/Projeto-do-Curso.pdf>. Acesso em: fev. de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: mai. de 2022

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso em: abr. de 2022.

DEWEY, John. (1934). Arte como experiência. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EMMECHE, Claus; PEDERSEN, David Budtz; STJERNFELT, Frederik (Ed.). **Mapping frontier research in the humanities**. Bloomsbury Publishing, 2018.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Monserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998

HIGGINS, Hannah. Fluxus experience. Univ of California Press, 2002. In: Cadernos de Estudo - o aprender o ensinar a arte. Tradução de Daniela Maura e Amir Brito Cadôr. Belo Horizonte, 2013.

HOOKS, Bell. (2003). Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

MOSÉ, Viviane. A escola e os desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PACHECO, José. Inovar é assumir um compromisso ético com a educação. Petrópolis: Vozes, 2019.

SINGER, Helena. Inovação na educação. In: Anais do II Seminário Inovação Pedagógica [recurso eletrônico]: "Formação acadêmico-profissional" / organizadores Diana Paula Salomão de Freitas [et al.]. Revisão Elena Maria Billig Mello. Uruguaiana, RS: Unipampa, 2019.

SINGER, Helena. "De que inovação falamos?" Prosa aberta com Helena Singer. 2021. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=0-pLKvyvCFw&t=5536s>. Acesso em: mai. de 2022.

SINGER, Helena. Innovative experiences in holistic education inspiring a new movement in Brazil. In: **The Palgrave International Handbook of Alternative Education**. Palgrave Macmillan, London, p. 211-226, 2016.